

Internacionalização do ensino superior¹

Rosemeire Aparecida Bom Pessoni²

Resumo: Este artigo aborda a globalização e a internacionalização do ensino superior e o aumento da mobilidade estudantil. Autores como Altbach, Carvalho & Gonçalves Neto, Celano & Guedes, Contel, Dias Sobrinho, Fonseca; Esteves & Iorio, Gacel-Avila, Knight, Lima & Maranhão, Morosini, Stallivieri e Zamberlam, bem como dados provenientes dos relatórios da OCDE e da UNESCO fundamentam esse estudo. Assim, partindo da visão de diferentes autores, esse trabalho visa contribuir para a discussão dos aspectos positivos e negativos da internacionalização, as contradições que o tema suscita, indicando algumas de suas implicações para as universidades.

Palavras Chave: Internacionalização, Ensino Superior, Mobilidade Acadêmica.

Abstract: This article addresses the globalization and internationalization of higher education and the increase of student mobility over the world. Authors such as Altbach, Carvalho & Gonçalves Neto, Celano & Guedes, Contel, Dias Sobrinho, Fonseca; Esteves & Iorio, Gacel-Avila, Knight, Lima & Maranhão, Morosini, Stallivieri and Zamberlam and the data from the OECD and UNESCO reports base this study. Thus, from the perspective of different authors, this work aims to contribute to the discussion of the positive and negative aspects of internationalization, the contradictions that this theme raises and its implications for universities.

Keywords: Internationalization, Higher Education, Academic Mobility.

Introdução

Desenvolvimento emancipatório gera autonomia, que por si é um processo impeditivo da objetivação da barbárie (PACÍFICO, 2012, p.75).

O caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com as escolas europeias. Essas instituições, denominadas “*universitas*” eram constituídas por professores e estudantes de diferentes regiões e países e tinham como objetivo a busca pelo conhecimento (STALLIVIERI, 2008). Além da aquisição do conhecimento, as tradições humanistas dessas escolas, de cunho internacional, também estavam centradas na formação do caráter (GACEL-AVILA, 2003).

Desta forma, como assinalado por Teixeira (1998), as universidades, salvo algumas exceções, devem ter como objetivo preparar profissionais para as carreiras de base intelectual, científica e técnica. Ampliar o conhecimento humano e ser capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento. Partindo dessas premissas, a concepção que se tem de universidade é de um local que propicia os avanços científicos e tecnológicos e a efetiva integração dos povos, respeitando, assim, as diferenças e as especificidades de cada nação, suas culturas e seus valores (BATISTA, 2009; SENA *et al.*, 2014),

As transformações políticas e econômicas das últimas décadas, com as tendências da globalização e do capitalismo, do neoliberalismo e a própria pós-modernidade, trouxeram mudanças no campo social e influenciaram de maneira especial o campo da educação.

¹ Este trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa relativa à tese para obtenção do Doutorado em Educação.

² Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (2002). Professora titular e Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Metodista de São Paulo. Doutoranda em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo, sob orientação da Profa Dra Roseli Fischmann. E-mail: rosemeire.pessoni@metodista.br.

Em todos os continentes se registram um aumento expressivo no número de matrículas no ensino superior. Assim, a educação superior se apresenta num contexto sócio-histórico e econômico mundial ímpar, tendo que da conta das especificidades com relação ao ensino, pesquisa e extensão de qualidade e enfrentar os desafios e demandas locais num contexto global (MOROSINI, 2014). A universidade, como espaço de conhecimento, teve e continua a ter um papel relevante nas transformações tecnológicas que propiciou uma melhoria nas comunicações e na velocidade com que as informações circulam pelo mundo globalizado, aproximando os povos e gerando um acelerado processo de internacionalização.

A internacionalização, presente desde os primórdios da universidade, é parte integrante das instituições de ensino superior (TADAK; TREMEWAN, 2013). Atualmente, assume uma nova conotação objetivando formar cidadãos que se sentem em casa no mundo, a partir das trocas de experiências acadêmicas que tendem a gerar capital humano e cultural qualificado (SENA et al., 2014).

A crescente importância do conhecimento e a valorização do capital intelectual dos indivíduos, a revolução da informação e dos meios de comunicação e a responsabilidade na criação e na manutenção do entendimento entre os povos e do espírito de solidariedade com os países menos desenvolvidos passam a ser questões permanentemente discutidas nos fóruns internacionais e foram claramente apresentadas na Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em Paris, no ano de 1998 (STALLIVIERI, 2009, p. 13).

Nessa Conferência, com relação ao ensino superior foi indicado que as instituições deveriam direcionar seus esforços para desenvolver uma educação com qualidade e incentivar a cooperação internacional que esteja a serviço da ordem mundial, que aspire a construção de uma sociedade melhor, mais justa, equitativa, tolerante e solidária (UNESCO, 1998).

Nesse sentido, diversos autores consideram que um dos papéis da internacionalização universitária é promover o respeito pelas diferenças e o reconhecimento da identidade cultural. Além disso, também poderá facilitar o estabelecimento de redes de professores pelo mundo, melhorar a qualidade da pesquisa e da extensão universitária, através dos processos de cooperação, incentivar a cultura solidária institucional, dar relevância à docência e abrir oportunidades de trabalho para os egressos (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004; STALLIVIERI, 2009; ZAMBERLAN et al., 2009).

Ainda, conforme colocado por Sena et al. (2014), a internacionalização da educação superior é fundamentada na ideia do valor universal do conhecimento e da formação. Sua expressão se dá pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores, professores e estudantes, desencadeando uma melhoria na qualidade do ensino e na pesquisa. Também tem sido considerada como o epicentro das transformações sociais criando condições para o desenvolvimento dos países que, em última análise, pode trazer uma vida mais igualitária para todos (STALLIVIERI, 2009; LIMA; MARANHÃO, 2011).

A partir do entendimento de que a sociedade vive em uma aldeia global e que os cidadãos possam atuar tanto nacional quanto internacionalmente, espera-se que o ensino superior assuma a internacionalização como um meio de preparar profissionais mais qualificados, com conhecimento, que possam exercer suas atividades em

qualquer parte do mundo; que possam se comunicar em outras línguas; que respeitem todas as formas de cultura; que sejam tolerantes e tenham flexibilidade para enfrentar diversos tipos de situações e que saibam compartilhar o avanço científico e tecnológico (STALLIVIERI, 2009).

Para os países em desenvolvimento, a cooperação é elemento essencial para sua inserção internacional. Nas palavras do ex-chanceler, Antônio Patriota, a cooperação internacional não é um fim em si mesmo. Por trás dos números e das metodologias aqui apresentados, estão nações e vidas humanas em busca de desenvolvimento econômico e social, com reflexos positivos sobre as sociedades e sua inserção na comunidade internacional (AVEIRO, 2015, p.90).

Nesse panorama, a cooperação educacional é valorizada principalmente por estar envolvida com a formação de capital humano, ação fundamental para fortalecer as instituições envolvidas, em especial as dos países em desenvolvimento (AVEIRO, 2015).

Essas questões são reforçadas pelas observações apontadas pelo Prof. José Maria Bricall, ex-presidente da Conferência de reitores europeus (CRE, apud CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004, p.41), que indica três grandes impactos do nosso tempo sobre o mundo da educação:

1) Emergências da sociedade do conhecimento que está transformando a natureza do trabalho e da organização da produção.

2) O fenômeno da globalização que tem consequências sobre as possibilidades de criação de emprego.

3) A revolução científico-tecnológica que cria uma nova cultura e que põe sobre a mesa questões éticas e sociais urgentes.

Dessa forma, a internacionalização está ligada à disseminação de novos paradigmas e conceitos que supostamente dariam maior eficácia às políticas educacionais (AKKARI, 2011 apud LIBANEO, 2012, p. 3), bem como outros processos que também estariam envolvidos com a melhoria da qualidade da educação, a saber: a adaptação à globalização econômica, benefícios das TIC na educação, descentralização, privatização, obrigação de resultados e prestação de contas, reformas curriculares, padrões educacionais, profissionalização docente, responsabilização dos professores pelos resultados de desempenho dos alunos.

A educação também sofre influência do setor produtivo, em especial das empresas multinacionais, que utilizam como critérios de contratação e promoção de seus funcionários o conhecimento de idiomas e da cultura do país de origem da organização e a facilidade de trabalhar em ambientes multiculturais (VUILLETET, 2005, p. 36 apud LIMA; MARANHÃO, 2009, p. 590).

Seguindo essa linha de pensamento, a educação e em particular, as instituições de ensino superior, são desafiadas a desenvolver em seus estudantes uma consciência global e formar pessoas que saibam atuar em diferentes ambientes pluri e multiculturais. Assim, entram na pauta do dia-a-dia da universidade, temas como mobilidade acadêmica internacional, proficiência em línguas estrangeiras e comunicação intercultural (GONÇALVES; STALLIVIERI, 2015).

1. Globalização e Internacionalização

Quando se fala em globalização e educação, é importante ter em mente questões como: (i) se a homogeneidade incrustada na cultura global pode ter efeitos redutores na adaptabilidade e na flexibilidade de indivíduos e organizações; (ii) se existe uma acomodação muito rápida e automática diante das alterações trazidas pela globalização; (iii) se os propósitos da globalização operam contra a emergência de frágeis sentidos de identidade comum; e (iv) de que forma a natureza multidimensional da globalização impacta a questão da educação (SHEEHAN, 2005 apud SANTOS, 2011, p.5).

Conforme apontado por Celano e Guedes (2014), a globalização pode ser interpretada por diferentes prismas, seja pelo campo ideológico ou de disciplinas específicas, que trazem noções de homogeneização e hibridismo de culturas. O crescimento da rede global tem ultrapassado as fronteiras supranacionais e mudado as relações Nação-Estado, da mesma forma que o avanço da comunicação e da tecnologia tem alterado a noção de tempo e espaço. A globalização promove a integração e o fluxo de atividades internacionais (GEREFFI, 1999) gerando a percepção de encolhimento do mundo (WATKINS, 2006).

Embora globalização e internacionalização sejam vistos como relacionados, na visão de Guo e Chase (2011) são processos diferentes: enquanto a globalização é impulsionada para a busca do crescimento econômico, a internacionalização promove a reciprocidade entre pessoas e ideias a partir do reconhecimento e aceitação das diferenças culturais. Segundo Miura (2006), é possível afirmar que a internacionalização é tanto uma resposta quanto uma força catalizadora à globalização.

A internacionalização implica em desenvolver atividades além-fronteiras, mas seu conceito é objeto de muita discussão. Nessas discussões tem-se destacado os aspectos relacionados com o ambiente interno das organizações como também a influência nas atividades acadêmicas (KNIGHT, 2005).

A internacionalização do ensino superior é definida como um processo que ocorre em nível nacional, setorial, e institucional no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária (KNIGHT, 2003 p.2 apud KNIGHT, 2005 p. 12).

Contel e Lima (2007, p.173), baseado nos trabalhos de Knight (2003) apresentam dez fatores que justificam a internacionalização do ensino superior como uma ação positiva para a educação:

1. Maior mobilidade dos estudantes e professores, assim como a maior troca cultural permitida;
2. Aumenta a colaboração internacional nos processos de docência e pesquisa;
3. São incrementados os padrões de qualidade acadêmicos;
4. Há maior cooperação entre os atores;
5. Os currículos são aprimorados;
6. Os padrões de entendimento do mundo adquirem caráter “intercultural”;
7. São diversificadas as faculdades e os estudantes que frequentam os cursos;
8. Questões de integração continental passam a constar na pauta das instituições de ensino superior;

9. Aumentam os índices de recrutamento de estudantes estrangeiros nos países hospedeiros;
10. São diversificadas as fontes de geração de renda dos países;

Knight (2005) também abordou as razões que impulsionam a internacionalização classificando-as em quatro grupos, descritos a seguir:

1. Motivos políticos - envolve segurança nacional, promoção da paz e compreensão mútua entre nações, formação de identidade nacional e regional.
2. Motivos econômicos - que abrangem a busca por crescimento econômico e aumento da competitividade, o desejo de atender às mudanças no mercado de trabalho, incentivos financeiros e geração de receita adicional.
3. Motivos socioculturais - visam ao desenvolvimento de cidadania, desenvolvimento comunitário, promoção de entendimento intercultural e formação de uma identidade cultural nacional.
4. Motivos acadêmicos - levam à inclusão da dimensão internacional no ensino e na pesquisa, à busca por melhoria da qualidade acadêmica, à tentativa de conquistar padrões e status internacionais, à promoção da ampliação dos horizontes acadêmicos e ao desenvolvimento da própria IES (Instituições de Ensino Superior).

Esse panorama tem-se ampliado sendo considerado mais uma razão, a mercadológica. Esse item está relacionado à reputação das Instituições de Ensino Superior, dando ênfase a sua competência internacional, possibilitando, assim, uma competição exitosa no oferecimento dos serviços educacionais e na captação de alunos (KNIGHT, 2005). Tem-se observado que, dependendo da atuação principal da universidade, o enfoque na internacionalização poderá ser direcionado para os motivos acadêmicos, caso das instituições voltadas principalmente à pesquisa ou por motivos econômicos, caso das IES voltadas ao ensino (FANG, 2012).

No cenário de globalização da educação, o reconhecimento de diplomas e o credenciamento de escolas têm favorecido o surgimento de diversas formas de educação transnacional³ (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004). Em consequência, há um fortalecimento da valorização da Educação pela sua relevância no desenvolvimento das nações (DUARTE, 2003).

Dessa forma, são inúmeras as estratégias utilizadas pelas instituições de ensino para incorporar uma dimensão internacional aos processos educacionais. Dentre essas estratégias, as mais recorrentes são a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores; programas de colaboração científica e tecnológica internacional; presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; consultorias internacionais; internacionalização do currículo; modalidade de educação à distância; de estudo de idiomas e aberturas de novas unidades no exterior - filiais ou franquias (BARTELL, 2003; KNIGHT, 2005; MOROSINI, 2006; LIMA; MARANHÃO, 2009; DUARTE et al., 2012).

³ Educação transnacional termo utilizado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e pelo Consejo de Europa (Conselho da Europa). O termo define todo tipo de estudos de educação superior nos quais os alunos estão localizados em um país diferente da instituição ofertante (Knight, 2005 pg. 10).

2. Aspectos positivos da internacionalização

Em uma visão positiva, Mückenberger e Miura (2015) mencionam a posição de diversos autores que consideram que a internacionalização irá valorizar os cidadãos (profissionais) uma vez que eles poderão interagir e compreender as pessoas de outras culturas, que concebem o mundo de formas diferentes, com outros sentimentos e emoções. Essa postura mais humanista da internacionalização está focada na formação de docentes e discentes para atuarem em um mundo multicultural, incentivando uma atitude proativa para participação em projetos de colaboração com instituições de diferentes países e a mobilidade internacional.

Na mobilidade de estudantes internacionais, não circulam somente pessoas, circulam ideias. Elas favorecem o intercâmbio de expressões, saberes e signos de regiões e culturas, instrumentos de trabalho e mercadorias de consumo, sendo um mecanismo importante à manutenção transnacional (ZAMBERLAN et al., 2009, p.37).

Duarte et al. (2012) ressaltam que, embora os acordos de cooperação sejam importantes para fomentar o processo de internacionalização, por si só não são suficientes. A assinatura de acordos não é garantia de desenvolvimento de projetos em colaboração. Nesse particular o envolvimento do pesquisador (docente e/ou discente) e suas relações interpessoais são fundamentais para efetivação da pesquisa ou de ações acadêmicas.

Zamberlan et al. (2009, p.31) também apontam diversas consequências das novas propostas da globalização sobre os sistemas educacionais:

- Cooperação entre universidades desenvolvendo programas com diplomação partilhada.
- Constituição de universidades corporativas implementadas nas empresas ou pelas empresas.
- Educação à distância, impulsionada pelo desenvolvimento das inovações tecnológicas (cursos politécnicos e cursos de curta duração).
- Cooperação entre países pelos novos conhecimentos, o que permitiria a diminuição das diferenças entre nações.
- Diminuição das diferenças entre as nações pela interdependência que se desenvolve em razão das tecnologias da informação e da educação, envolvendo finanças, mercados, produção e comunicação.
- Tendências internacionais de globalização com maior interdependência financeira, mercadológica, produtiva, midiática e tecnológica.

3. Aspectos negativos da internacionalização

Os processos de internacionalização também têm proporcionado uma reflexão crítica por parte de diferentes autores, abordando os aspectos de uma sociedade contemporânea e capitalista e suas influências na educação (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004).

Se, por um lado acreditava-se que a internacionalização deveria promover uma pluralidade cultural que favorecesse uma convivência harmônica e o

desenvolvimento de currículos mais críticos, do outro se tem verificado que a internacionalização promove a hegemonia, não se desvinculando de um sistema político neoliberal (LIMA; MARANHÃO, 2009).

Dessa forma, diversas instituições, entre elas as educacionais, tornam-se agentes ativos de difusão e disseminação de novos padrões sociais (HURRELL, 2009 apud CELANO; GUEDES, 2014), em um cenário caracterizado pela globalização econômica, financeira e comercial. Essa prática encontra respaldo dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, que visam à abertura de novos mercados e as taxas de lucros.

No campo educacional, os sistemas de organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), OCDE (OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), FMI e Banco Mundial, vêm desempenhando um papel determinante nas formulações de um projeto unificado em favor de uma racionalidade técnica/científica, capaz de guiar cada país a exequibilidade de suas recomendações (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004, p.40).

Nesse contexto, a internacionalização da educação se aproxima cada vez mais de um mecanismo mercadológico, considerando a educação como serviço e se distância das propostas de cooperação bilateral (CORREIA; LIMA, 2011).

Para Dias Sobrinho (2005), o processo de internacionalização da educação superior vem ocorrendo desde a década de 90, em paralelo com a globalização. Tal prerrogativa se dá tanto nos aspectos da pesquisa como no ensino, nesse, em especial categorizando como um serviço e tendo sua regulamentação pela OMC – Organização Mundial do Comércio. Além da inclusão da educação nas regras do GATs (Acordo Geral sobre Comércio e Serviços) abarcadas também pela OMC (MOROSINI, 2006).

Estamos diante de uma bipolaridade, de um lado o modelo tradicional de uma educação superior voltada ao bem social, na qual a ciência e a tecnologia estão orientadas para o desenvolvimento científico, para a promoção da cultura e do serviço à comunidade e onde a gestão institucional prioriza o acadêmico sem controle da produção. Do outro o modelo tipo ideal neoliberal de uma universidade orientada ao bem individual e espaço de realização pessoal, satisfazendo os perfis do mercado de trabalho, centrada na transferência de tecnologia demandada pelo setor produtivo e pela prestação de serviços ao setor estatal e com gestão priorizando a eficiência e o autofinanciamento (MOROSINI, 2014 p.387).

Ao assumir uma postura neocolonialistas, corporações multinacionais ou grandes universidades não estão preocupadas somente com razões políticas e ideológicas, mas principalmente com aspectos comerciais (ALTBACH, 2002). Nesse contexto o conhecimento (*knowledge*) ganha centralidade por ser considerado como a principal força produtiva. (LIMA; MARANHÃO, 2009).

A sinalização de que a busca pelo lucro impulsionava a internacionalização das instituições de ensino, em particular as IES privadas ou que formam

conglomerados educacionais mundiais já havia sido salientado por Altbach e Knight (2007), que também reconheceram que alguns países utilizam a mobilidade estudantil para propósito da obtenção de recursos financeiros, sendo essa prática considerada como capitalismo acadêmico. Marginson e Rhoades (2002, apud MOROSINI, 2006 p. 116), também haviam identificado uma tendência global de privatização na educação superior, com todas as características desse tipo de prática comercial, inclusive visando o lucro.

Outro aspecto da internacionalização é a chamada educação transnacional. Nessa modalidade os alunos estão localizados em um país diferente daquele onde a instituição esta baseada, como ocorre na educação à distância (WILKINS; HUBMAN, 2012). Segundo Mückenberger; Miura (2015), outra modalidade empresarial da educação é a compra total ou parcial de IES em outros países por uma instituição educacional que atua no mercado internacional e, assim, abre a possibilidade de oferecer programas presenciais ou à distância em outros países que não na sede. Ainda, com base nesses autores, esse tipo de ação é geralmente criticada por ser considerada como uma forma de manutenção do imperialismo e de dominação.

Esta realidade provoca uma tensão permanente entre duas concepções da educação: a que persiste em acompanhar os objetivos tradicionais da educação – formação de cidadãos, educação como instrumento de promoção social – e outra, ao contrário, que, estimulando a competição, serve para promover a venda de produtos educacionais (MELLO, DIAS, 2011, p. 420).

De acordo com essa lógica, as instituições de educação superior em operação nos países centrais do capitalismo trabalham para a utilização privada do conhecimento (*marchandisation des savoirs*), ferindo a autonomia (*einsamkeit*) e a liberdade (*freiheit*) acadêmicas (VUILLETET, 2005, p. 5, apud LIMA ; MARANHÃO, 2009 p. 587).

Lima e Maranhão (2011), em uma análise crítica das políticas internacionais da educação, baseados nos escritos de Adorno e Adorno e Horkheimer, tentam demonstrar que a mobilidade de estudantes e docentes tornou-se via de acesso rápido ao domínio cultural e suas propostas curriculares estruturam-se como ferramenta da indústria cultural suprimindo as subjetividades e conformando-as ao sistema de produção capitalista.

Estas políticas reforçam a semiformação (ADORNO, 2003), presente na obliteração das consciências, na burocratização dos processos educacionais e das experiências subjetivas. Esta é a configuração do mundo administrado, que obstrui a aptidão à experiência, identificando os sujeitos à realidade factual. Sua força justifica-se, porque, “a ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica continua obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação” (ADORNO, 2003, p. 43 apud LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 577).

Esses autores colocam também que Adorno não escolheu nomear este processo de “pseudoformação” para que não contribuísse para a compreensão errada do fenômeno, uma vez que não se trata de formação falsa e sim de deformação, de

adaptação à racionalidade instrumental, utilizando o termo *semiformação* (*Halbbildung*) (LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 577).

Ainda, pensando nas políticas educacionais e na relação estado-universidade, Morosini (2006) salienta que a construção da emancipação se dá quando os indivíduos conseguem interiorizar seus direitos, porém, quando os direitos são percebidos como benesses do Estado, as políticas são aceitas mais facilmente. Por esse viés, a internacionalização da educação superior passa a assumir características de um processo estratégico ligado à reestruturação do poder (ZAMBERLAM et al, 2009 p, 21).

Assim, com relação à internacionalização da Educação dois conceitos têm sido propostos: a internacionalização ativa e a passiva.

No âmbito do senso comum, enquanto o termo ativo sugere a formação de uma visão positiva, associada à inteligência daquele que exerce ação direta sobre algo ou alguém com a intenção deliberada de gerar resultados previamente estabelecidos; o termo passivo, ao contrário, assume conotação negativa porque associada à subalternidade, à dependência daquilo ou daquele que é objeto de determinada ação (LIMA; MARANHÃO, 2009, p.585).

Na definição de internacionalização ativa proposta por Marrara e Rodrigues (2009), as instituições de ensino recebem os recursos humanos e desenvolvem pesquisas, mediante normas administrativas que visem o aumento de alunos, professores e pesquisadores visitantes e a publicação de artigos em seus veículos de divulgação, além de definir e divulgar os procedimentos burocráticos para a participação dos diferentes agentes nas suas atividades acadêmico-científicas. Na passiva, a internacionalização ocorre a partir da atuação de seus membros (pesquisadores, docentes e discentes) em instituições estrangeiras ou pela publicação das pesquisas dos seus atores em veículos de divulgação externos (LIMA; MARANHÃO, 2009).

Dessa forma, a internacionalização reproduz a desigualdade entre os países centrais e periféricos (ou semiperiféricos), enquanto internacionalização ativa pode ser praticada por poucos países (centrais), com condições de exercer influência sobre o sistema mundial de educação. A internacionalização passiva fica restrita aos países subdesenvolvidos que se submetendo a interesses comerciais reforçando o histórico desequilíbrio existente entre os países do Norte e do Sul (LIMA; MARANHÃO, 2009).

Nessa concepção, as oportunidades e os riscos da internacionalização da educação superior dependem da habilidade dos países em desenvolver políticas e regulações para integrar as políticas mundiais dentro do sistema nacional de educação superior, o qual poderá ser capaz de cumprir ou não com as metas sociais, culturais e econômicas. As políticas nacionais adotadas determinam as ações e os programas a serem destinados aos seus cidadãos e evidenciam seus objetivos sociais: inclusão ou exclusão; liberdade ou opressão; submissão ou emancipação (GUIMARÃES-IOSIF; ZARDO, 2015, p. 46).

Porém, com a crescente valorização do conhecimento há uma busca crescente pelos centros acadêmicos que formam profissionais cosmopolitas impulsionados pela noção de maior sucesso profissional. Outra noção generalizada é que estudar em uma

universidade estrangeira aumenta o capital cultural e o aluno recebe uma preparação mais sólida para integrar o mercado laboral e com um retorno salarial mais satisfatório. Essas ideias são disseminadas por políticos, investidores, empresas e organizações internacionais como OCDE (IANNI, 2005; FONSECA; ESTEVES; IORIO, 2015). Outra agência que colabora para essa concepção é o Banco Mundial (2008, 2013), que busca uma relação direta entre formação acadêmica e empregabilidade (MOROSINI, 2014).

Os relatórios da UNESCO e OCDE têm demonstrado uma intensificação da internacionalização, com aumento significativo em 2011 alcançando uma marca de 4,3 milhões de indivíduos que estudam fora do seu país. Em 2000, esse número era de 2,1 milhões e em 2005 de 3,0 milhões de estudantes (OECD, 2013a).

Fonseca, Esteves e Iorio (2015) também relatam o aumento de investimento na educação superior pelos países emergentes, em especial nos programas de mobilidade internacional dos estudantes, demonstrando que a educação superior se transformou em um negócio extremamente lucrativo e contribui significativamente para a economia, fato também constatado e reforçado por Santos (2011) e Celano e Guedes (2014).

Dessa forma a solidariedade acadêmica vem sendo substituída pela competição por estudantes solvíveis, que se mostram importantes recursos materiais e humanos para as instituições de ensino superior. A atração de estudantes internacionais passa a representar divisas, seja pela imposição de taxas escolares, despesas que os estudantes (por meio de bolsas de estudo ou investimento proveniente de suas respectivas famílias) precisam arcar (transporte, habitação, alimentação, saúde, lazer etc.) durante a temporada de estudo no exterior, e principalmente pelo potencial de promover o país de acolhimento (língua, cultura, interesses políticos e econômicos etc.) no país de origem (LIMA ; MARANHÃO, 2009, p. 588).

Percebe-se então uma dualidade nas relações de internacionalização. Um processo que deveria promover o respeito e os contatos interculturais, como um dos pontos positivos principais na visão de Jane Knight (2003), esse processo tem-se mostrado como uma nova face da polarização global. Parece indicar muito mais um fluxo de controle, uma competição sobre o trânsito dos estudantes que saem dos seus países para estudar em outros, do que um processo de cooperação entre instituições e países envolvidos na mobilidade internacional.

Lima e Maranhão (2009) ressaltam que é impossível desconsiderar o impacto econômico decorrente da mobilidade acadêmica. Que se devem questionar: quais os países que investem no estabelecimento das alianças estratégicas, trocas comerciais e formação de imagem? E quais os que se capitalizam com a comercialização dos serviços educacionais?

Nessa mesma linha de raciocínio, Fonseca, Esteves e Iorio (2015) apresentam a disparidade na distribuição do número de alunos no ensino superior matriculado fora do seu país de origem. Tomando por base os dados de 2011 publicados pela OECD, esses autores observaram que a Europa recebe 48% do total de inscritos, seguida pela América do Norte, com 21% e Ásia, com 11,7%. Por outro lado, analisando a origem dos estudantes, tem-se que mais de 50% são provenientes da China e da Índia e somente 23% da Europa.

Considerando os dados publicados pela OECD (2013) de estudantes estrangeiros em diferentes países, verifica-se que os Estados Unidos possuem 17% de todos os estudantes do mundo, matriculados fora do seu país de origem, seguido pelo Reino Unido (13%), Austrália (6%), Alemanha (6%) e em França (6%). Os estudantes internacionais vão principalmente para países de língua inglesa para estudar, muitas vezes nos campos das ciências sociais, negócios e direito (mais de 30% do total nestes campos). Austrália, Reino Unido e Estados Unidos juntos abarcam 36% de todos os estudantes do ensino superior em mobilidade no mundo.

Esses dados confirmam e reforçam as análises efetuadas por Lima e Maranhão (2009, p.588) para de matrículas mundiais no ensino superior em 2006, a partir dos dados da UNESCO de 2008, concluindo que, “*neste contexto, os desequilíbrios regionais se alargam na medida em que há flagrante descompasso entre os ativos conquistados nos países centrais, semiperiféricos e periféricos*”.

Assim, respondendo aos questionamentos sobre quem ganha com a mobilidade internacional, esses autores salientam que os países que possuem a maior captação de alunos também estão entre os que possuem sistemas de educação superior consolidados. Esses países estão localizados geralmente no Hemisfério Norte e fazem parte do G7 a exemplo dos EUA, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França e Japão. Assim, percebe-se um paralelo entre poder político e econômico e atração acadêmica. Por outro lado, países como Brasil, China, Índia, Rússia e África do sul são considerados como fonte de alunos para os programas de intercâmbio (FONSECA; ESTEVES; IORIO, 2015).

Para exemplificar os ganhos com a mobilidade, os EUA receberam no ano acadêmico de 2011-2012 cerca de vinte e dois bilhões de dólares de contribuição econômica dos estudantes internacionais e suas famílias, conforme dados da Association of International Educators – NAFSA (NAFSA, 2012). Em 2013, o Ministério de Estado para Universidades e Ciência do Governo do Reino Unido calcula em £10,2 bilhões de Libras a entrada de recursos estrangeiros com matrículas de estudantes em instituições de educação superior e com despesas de moradia e manutenção (AZEVEDO, 2015 p.72). No ano escolar de 2012-2013, o Departamento de Educação do Governo australiano calculou que a entrada de divisas com serviços educacionais na educação superior foi de cerca de 10 bilhões de dólares australianos, correspondendo a US\$7,65 bilhões de dólares norte-americanos (AZEVEDO, 2015, p.72).

Saber que recursos humanos e materiais provenientes dos países da periferia da economia mundo ajudam a financiar a educação dos países centrais não soa como algo fora do lugar? (LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 589).

Esses dados reforçam a visão de que as IES, bem como os países onde estão alocadas, também são motivadas pelos aspectos econômicos para participarem em processos de internacionalização (MÜCKENBERGER; MIURA, 2015), “*fazendo surgir uma nova geopolítica do conhecimento no mundo globalizado*” (CONTEL; LIMA, 2007, p. 189).

Neste sentido, o que se tem chamado de internacionalização da educação superior é, em grande medida, transnacionalização da educação superior, pois a mobilidade de estudantes tem se fundado, majoritariamente, no comércio de serviços de educação terciária, o que contribui para a formação de um mercado mundial de educação

superior e menos para a construção de um campo social global de educação superior. Porém, sempre resta, nos campos de educação superior e em outros campos sociais, lutar para que a educação, a cultura, a ciência e o conhecimento sejam tratados como bens a serem solidariamente compartilhados ou como bens públicos, conforme preconiza a Conferência Regional de Educação Superior – CRES/2008 (AZEVEDO, 2015, p. 74).

Outro aspecto que contribui para essa polarização e reforça o histórico desequilíbrio existente entre os países do Norte e do Sul é a baixa capacidade instalada de recursos materiais e humanos que os países periféricos possuem para oferecer serviços educacionais no exterior, seja envolvendo programas, criação de campi ou instituições. Ainda, ao investir em programas de mobilidade visando à capacitação de acadêmicos (principalmente professores-pesquisadores), para formar uma elite intelectual que possam influenciar setores estratégicos, esses países correm o risco que perderem seus profissionais por não terem condições de oferecer condições de trabalho e remuneração compatíveis no retorno (VUILLETET, 2005; LIMA; MARANHÃO, 2009).

Todos esses modelos, o britânico, o norte-americano e o os europeus, fazem parte de um sistema que, além do mais, reforça o êxodo de cérebros de países em desenvolvimento ou de pobres para os países ricos. O jornal francês “Le Monde”, em sua edição de 16 de julho de 2010, revela que dos 2 a 2,5 milhões de jovens originários do mundo inteiro que chegam cada ano aos países da OCDE para completar seus estudos, em média 21% se instalam nesses países após terminarem o curso. Em outras palavras, um estudante em cinco não regressa ao seu país de origem (DIAS, 2012, p. 59).

Dentro dessa mesma perspectiva, Charle et al., (2004, p. 967) apontam os aspectos administrativos que podem facilitar ou dificultar o deslocamento e permanência dos estudantes no país de acolhimento, como obtenção de visto e equivalência do diploma. Esses autores relatam que, em geral, os países que apresentam trâmites mais burocráticos e dificultosos reconhecem a mobilidade de estudantes (particularmente aqueles oriundos de países periféricos) como uma espécie de “trabalhadores imigrados disfarçados”. Por essa razão, é prática adotada por quase todos os países envolvidos nos processos de mobilidade internacional exigir dos estudantes seguro de saúde, passagem aérea (ida/volta), endereço fixo no país de acolhimento, comprovação de renda, além da capacidade de o acadêmico se manter no país durante seu período de estudo (LIMA; MARANHÃO, 2009).

Nesse panorama, ficam cada vez mais distantes as razões e justificativas apontadas por Knight (2005) e Lima e Maranhão (2011) para se desenvolver a internacionalização no ensino superior: o desenvolvimento sociocultural ou compreensão mútua e a organização com base nos arranjos multiculturais. O que se tem observado é que a intolerância frente ao outro não tem diminuído, da mesma forma, ao invés da promoção cultural, os processos de internacionalização tem favorecido uma forma particular de cultura. Essas observações são baseadas em análises dos programas de cursos (padronização), dos currículos, dos temas tratados e da bibliografia obrigatória, com a imposição de ler e publicar em inglês. Não se tem percebido o desenvolvimento de políticas curriculares críticas (IANNI, 2005; LIMA; MARANHÃO, 2011). Sem a devida análise crítica, as políticas educacionais podem

transformar-se em medidas reacionárias, tendo como consequência arranjos curriculares tecnicistas, que se traduzem em visões monolíticas da sociedade, acarretando em um quadro de “semiformação e da mercadorização do ensino” (ADORNO, 2003).

As políticas de internacionalização formuladas por governos e universidades tendem a reforçar determinado sistema de ensino já hegemônico, apesar do discurso de valorização da multiculturalidade. Elas funcionam como ferramentas da indústria cultural, em favor da manutenção do *status quo*. Isso pode ser encontrado nos programas de internacionalização orientados pela padronização e não pela diversificação de experiências educacionais (LIMA; MARANHÃO, 2011, p. 590).

Considerações finais

Nas discussões sobre o processo de globalização e, em particular, na internacionalização da educação falta uma visão balanceada que não apenas aponte as implicações negativas ou que vislumbre um futuro brilhante (ALTBACH, 2002 apud MOROSINI, 2006 p.122).

Se, por um lado, a internacionalização tem tornado o ensino superior mais global e homogêneo, promovendo a padronização dos currículos e das culturas, por outro é inegável os ganhos para os participantes, que ampliam suas oportunidades de atuação profissional, desenvolvem redes de relacionamento e aprendem hábitos e costumes de outras culturas. Também precisa ser levado em consideração que nos países periféricos a falta de centros de excelências é um dos fatores que acarreta a mobilidade e, em última análise, a polarização de estudantes e/ou pesquisadores para os países desenvolvidos, em busca de uma melhor formação (MARRARA; RODRIGUES, 2009; FONSECA; ESTEVES; IORIO, 2015).

Além disso, o número de estudantes internacionais no ensino superior evidencia a importância dos processos de mobilidade e reforça a necessidade de se desequilibrar essa polarização e tornar mais igualitário os processos de internacionalização. Assim, para que se desenvolvam projetos educacionais efetivos, as IES deveriam seguir as propostas apresentadas por Forquin (2000) e romper com o etnocentrismo, levando para a sala de aula os aspectos específicos de linguagem, cultura e costumes dos grupos multifacetados. Para promover a internacionalização do ensino superior está prática deve estar baseada na cooperação solidária, em currículos em consonância com diferentes realidades, com discussão de temas locais, regionais e universais (LIMA; MARANHÃO, 2009).

A internacionalização, por sua vez, precisa estar articulada com a regionalização e com a globalização, de modo que se possa reduzir a lacuna de desenvolvimento entre os países e comunidades, buscando alternativas de conhecimento que visem à cooperação e à parceria (PEREIRA, 2011, p. 119).

Nesse sentido, Morosini (2014, p.397) aborda o conceito de *internacionalização transformadora* proposto por Robson (2011, p. 619), que consiste em uma abordagem holística em que as universidades se tornam comunidades de

espírito internacional, e não simplesmente instituições com aumento do número de estudantes internacionais e atividades internacionais.

Esse é um conceito ideal de internacionalização, compreender e respeitar a cultura dos outros povos, refletir sobre o si próprio ao entrar em contato com o outro, abrir oportunidades de estudos, compartilhar e favorecer a construção do conhecimento. Esse conceito resgata os ensinamentos de Adorno (2003, p. 121) de que a educação só tem sentido se for dirigida a uma autorreflexão crítica. Essa é a visão de internacionalização que deveria permear os processos de mobilidade estudantil e promover o avanço da educação superior em todo o mundo.

Referências

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T.W. Educação e emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ALTBACH, P. G. Knowledge and education as international commodities: The collapse of the common good. **International higher education**, v. 28, n. Summer, p. 2-5-5, 2002. Disponível em: <http://www.heart-resources.org/wp-content/uploads/2015/10/Knowledge-and-Education-as-International-Commodities.pdf> . Acesso em: 02 mar.2017

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: Motivations and realities. **Journal of studies in international education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.

AVEIRO, T.M.M. O Papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) Na Cooperação Brasileira Para O Desenvolvimento Internacional (COBRADI). **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 27-28, p. 76-92, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/49938>. Acesso em: 02 mar.2017

BARTELL, Marvin. Internationalization of universities: A university culture-based framework. **Higher education**, v. 45, n. 1, p. 43-70, 2003. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1023/A:1021225514599>. Acesso em: 02 mar. 2017

BATISTA, J.SM. **O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, C.H.; GONÇALVES NETO, W. Globalização e Estado: as iniciativas de transnacionalização da educação. Série-Estudos - **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande-MS, n. 18, p. 33-48, jul./dez. 2004.

CELANO, A.C; GUEDES, A.L. Impactos da Globalização no Processo de Internacionalização dos Programas de Educação em Gestão/Impacts of Globalization on the Internationalization Process of Management Education Programs. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 1, p. 45, 2014. Disponível em: <http://search.proquest.com/openview/72cdcd49807749f760e53f835c3439d2/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2035026> . Acesso em: 02 mar. 2017

CHARLE, C. et al. Ensino superior: o momento crítico. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 961-975, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a15v2588.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017

- CONTEL, F.B; LIMA, M.C. Aspectos da internacionalização do ensino superior: origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual. **Internext**, v. 2, n. 2, p. 167-193, 2008.
- DIAS SOBRINHO, J. Educação Superior, globalização e democratização. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, v.28, 2005, p. 164-173.
- DIAS, M.A.R. **Inovações na educação superior: tendências mundiais**. In: Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel (orgs). Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década – Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012, p. 48-77.
- DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões. **Campinas: autores associados**, 2003. Disponível em: <http://afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Duarte,%20Newton/Sociedade%20do%20conhecimento%20ou%20sociedade%20das%20ilusoes.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017
- DUARTE, R.G. et al. O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 343-370, 2012. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/38981>. Acesso em: 02 mar. 2017
- FANG, W. The development of transnational higher education in China: A comparative study of research universities and teaching universities. **Journal of Studies in International Education**, v. 16, n. 1, p. 5-23, 2012. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315311410607>. Acesso em: 02 mar. 2017
- FONSECA, M.L.; ESTEVES, A.; IORIO, J. Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. Os alunos universitários brasileiros em Portugal Capítulo 6, 2015. <https://www.researchgate.net/publication/279925006>
- FORQUIN, J. O currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, p. 47-70, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 02 mar. 2017.
- GACEL-ÁVILA, J. The internationalisation of higher education: A paradigm for global citizenry. **Journal of studies in international education**, v. 9, n. 2, p. 121-136, 2005. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315304263795>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- GEREFFI, Gary. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of international economics**, v. 48, n. 1, p. 37-70, 1999. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022199698000750>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- GONÇALVES, R.B; STALLIVIERI, L. Novas Propostas Pedagógicas para o Desenvolvimento de Disciplinas Ministradas em Línguas Estrangeiras nas Salas de Aula Multiculturais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 130 - 142, abr. 2015. ISSN 2175-8077. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p130>. Acesso em: 10 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n41p130>.

GUIMARÃES-IOSIF, R.; ZARDO, S.P. Internacionalização da Educação Superior no Brasil: expansão, produção do conhecimento e desafios emancipatórios. **Integración y Conocimiento**, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/12544>. Acesso em: 02 mar. 2017.

GUO, S.; CHASE, M. Internationalisation of higher education: Integrating international students into Canadian academic environment. **Teaching in Higher Education**, 16(3), 305-318. 2011.

IANNI, O. **A sociedade global**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KNIGHT, J. Un modelo de internacionalización: respuesta a nuevas realidades y retos. **Educación superior en América Latina. La dimensión internacional**. Bogotá: Banco Mundial/Mayol, p. 1-38, 2005. Disponível em: http://obiret-iesalc.udg.mx/sites/default/files/publicaciones/educacion_superior_en_al_la_dimension_n_internacional_0.pdf#page=28. Acesso em: 02 mar. 2017.

KNIGHT, J. Updating the definition of internationalization. *International Higher Education*, 33(4), 2-3. **Journal of Studies in International Education**, Vol. 8 No. 1, 5-31, 2003.

LIBÂNIO, José C. Internacionalização das políticas educacionais e políticas para a escola: elementos para uma análise pedagógico-política de orientações curriculares para o ensino fundamental. **SP: Anais Endipe**, 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0087s.pdf. Acesso em: 02 mar. 2017.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C.M.S.A. O Sistema De Educação Superior Mundial: Entre A Internacionalização Ativa E Passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>. Acesso em: 02 mar. 2017

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C.M.S.A. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/175.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

MARRARA, T.; RODRIGUES, J. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/169>. Acesso em: 02 mar. 2017.

MELLO, A.F; DIAS, M.A.R. Os reflexos de Bolonha e a América Latina: problemas e desafios. *Educ. Soc.*, Campinas , v. 32, n. 115, p. 413-435, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000200010>.

MIURA, I.K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. 365 f. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

MOROSINI, M. C. Qualidade Da Educação Superior E Contextos Emergentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

- MÜCKENBERGER, E; MIURA, I. **Motivações Para a Internacionalização do Ensino Superior: Um Estudo de Casos Múltiplos em um Sistema de Ensino Superior Confessional Internacional.** *Education Policy Analysis Archives*, v. 23, n. 66, 2015. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=10682341&AN=108385695&h=jd%2br3sP05H35j2t7ckjTR13q%2f2PnwnpnujhR9N%2fAFLBcwNtwUln2ixlHR%2fVw4DsAwA8pZZylR61Ongszoq4%2ftQ%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d10682341%26AN%3d108385695>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- NAFSA Association of International Educators. Retrieved from <http://www.nafsa.org/resourcelibrary/Default.aspx?id=24045>
- OECD - Organization For Economic Cooperation And Development. **Education Indicators in Focus – 2013/05 (July).** <https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/EDIF%202013--N%C2%B014%20%28eng%29-Final.pdf> Acesso em 18 de abril de 2016.
- OECD 2013. **Education Indicators in Focus – 2013/05 (July).** <https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/EDIF%202013--N%C2%B014%20%28eng%29-Final.pdf> Acesso em 18 de abril de 2016.
- PACÍFICO, M. **Infância, experiência e linguagem em Walter Benjamin: A Indústria cultural e as implicações pedagógicas do empobrecimento da experiência formativa.** (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação da UFScar, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2618>. Acesso 19 abril 2016.
- PEREIRA, M.V. **O Lugar Da Prática Na Globalização Da Educação Superior. Educação Em Revista**, Belo Horizonte v.27 n.03 p.109-124 dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n3/v27n3a06>. Acesso 19 abril 2016.
- ROBSON, Sue. **Internationalization: a transformative agenda for higher education?. Teachers and teaching**, v. 17, n. 6, p. 619-630, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13540602.2011.625116>. Acesso 19 abril 2016.
- SANTOS, S.M. **Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade.** 2011. Disponível em: http://orfeadeleiria.com/instituicao/wp-content/uploads/2013/12/Estudo_SIGQ_v2_0.pdf. Acesso 19 abril 2016.
- SENA, A.P et al. **Internacionalização da Educação Superior: Um Estudo com Alunos Intercambistas de uma Instituição de Ensino Superior do Brasil.** *Archivos Analíticos de Políticas Educativas= Education Policy Analysis Archives*, v. 22, n. 1, p. 119, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5650504>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- STALLIVIERI, L. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Brasília**, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002. Disponível em: http://www.uces.br/site/midia/arquivos/processo_internacionalizacao.pdf . Acesso em: 02 mar. 2017.
- STALLIVIERI, Luciane. **As dinâmicas de uma nova linguagem intercultural na mobilidade acadêmica internacional.** 2009. Tese de Doutorado. USAL. Disponível em: <http://racimo.usal.edu.ar/52/>. Acesso em: 02 mar. 2017.

TADAKI, M; TREMEWAN, C. Reimagining internationalization in higher education: international consortia as a transformative space?. **Studies in Higher Education**, v. 38, n. 3, p. 367-387, 2013. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03075079.2013.773219>. Acesso em: 02 mar. 2017.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

UNESCO/IAU. Internacionalização da educação superior: tendências e desenvolvimentos desde 1998. In: **EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFORMAS, MUDANÇAS E INTERNACIONALIZAÇÃO**, 2003, Brasília. **Anais...**Brasília: UnescoBr., 2003. p.151-194. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/educasuperior>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

WATKINS, William H. Globalization education and new realities. **American Educational History Journal**, v. 33, n. 1, p. 9-17, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BlxogmGzPZYC&oi=fnd&pg=PA9&dq=Globalization+education+and+new+realities&ots=HKszP6z61G&sig=F7o_M5h_I0evegeAQEyL_GaYb28#v=onepage&q=Globalization%20education%20and%20new%20realities&f=false. Acesso em: 02 mar. 2017.

WILKINS, Stephen; HUISMAN, Jeroen. The international branch campus as transnational strategy in higher education. **Higher Education**, v. 64, n. 5, p. 627-645, 2012. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10734-012-9516-5>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ZAMBERLAN, J. et al. **Estudantes Internacionais no processo globalizador e na internacionalização do Ensino Superior**. Porto Alegre: CIMBAI Migrações, 2009.

Recebido para publicação em 06-09-17; aceito em 09-10-17